

RECURSO ESPECIAL Nº 1.825.791 - RS (2019/0200417-5)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : SAVANA VEÍCULOS LTDA
ADVOGADO : GUILHERME DHEIN - RS095734
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL SUPOSTAMENTE VIOLADO. SÚMULA 284/STF. RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por SAVANA VEÍCULOS LTDA. com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região, assim ementado (fl. 29):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS. POSSIBILIDADE.

1. Considerando que os valores depositados em juízo nos autos do processo que tramita perante a Justiça Estadual foram mantidos por este Colegiado, verifica-se que não há razão para que a penhora no rosto daqueles autos, determinada nos autos de execução fiscal que tramita na Justiça Federal, seja obstada.

2. Agravo de instrumento improvido.

O recorrente sustenta que "a decisão ora atacada, objeto do recurso do Recorrente, deve ser reformada, por se conformar com a melhor aplicação do direito, a fim de indeferir a penhora no rosto dos autos do processo autuado sob o nº 060/1.12.0000967-0, com a suspensão da execução fiscal originária, até que ocorra o julgamento em definitivo da referida questão, através do Recurso Especial em Agravo de Instrumento autuado sob o nº 50665807920174040000." (fl. 45).

Contrarrazões às fls. 51-56.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 59-60.

É o relatório. Passo a decidir.

No caso dos autos, o recorrente não individualizou qual dispositivo de lei federal ou tratado se apresenta malferido. De fato, revelam-se deficientes as razões do recurso especial quando o recorrente limita-se a expor alegações genéricas e não indica qual dispositivo de lei federal ou tratado foi contrariado pelo acórdão recorrido, situação que se evidencia nos autos e impede o conhecimento do recurso. Aplica-se à hipótese a Súmula 284/STF.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator